

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.405 - SP (2019/0302760-1)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : FLAVIO RODRIGUES DA SILVA BATISTELLA**  
**ADVOGADO : FLÁVIO RODRIGUES DA SILVA BATISTELLA - SP179070**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : EVERTON ARAUJO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EVERTON ARAUJO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2187541-84.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática dos delitos dos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006, uma vez que *"o denunciado e seus comparsas foram surpreendidos por policiais civis tendo em depósito grande quantidade de 'cocaína' e uma porção de 'maconha', drogas que seriam ilicitamente comercializadas"* (e-STJ fl. 71), não tendo sido *"preso em flagrante delito porque conseguiu fugir logo que se iniciou a ação policial, tendo pulado um muro da residência onde a droga estava e não mais tendo sido encontrado"* (e-STJ fl. 71).

O Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Araçatuba/SP, a pedido do Ministério Público, decretou a prisão preventiva do ora paciente, assim consignando (e-STJ fl. 77):

Na espécie, o denunciado, em tese, está(ão) envolvido(s) na prática de crime de tráfico de entorpecentes, equiparado a hediondo, além de associação ao tráfico, ambos crimes graves, que têm destruído a sociedade brasileira, além de fomentar a prática de outros crimes não menos graves, como homicídio e roubos. Infelizmente, este tipo de crime vem aumentando assustadoramente na região, exigindo, por parte do Poder Judiciário, uma atuação firme, para, pelo menos, tentar inibir tais delitos.

A garantia da ordem pública, portanto, exige a prisão cautelar do denunciado; há indícios suficientes da autoria e prova da existência do crime.

Ademais, deixar o(s) réu(s) solto(s) frustraria, certamente, a aplicação da lei penal, além de atrapalhar a instrução criminal, pois poderiam ocorrer ameaças para as pessoas que serão ouvidas durante a instrução processual, merecendo elas toda a proteção por parte do Estado.

Ressalte-se que **ele só não foi preso em flagrante delito porque**

# Superior Tribunal de Justiça

**fugiu com a presença dos policiais. Ademais, não há provas de sua ligação com o distrito da culpa, visto que sequer compareceu para ser formalmente indiciado na delegacia de polícia.**

Posto isso, com fundamento nos artigos 311 e 312, do C.P.P., DECRETO a prisão preventiva do(s) acusado(s) EVERTON ARAÚJO, qualificado(s) nos autos. Expeça(m)-se mandado(s) de prisão. (Grifei)

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça, que denegou a ordem sob os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 174/176):

Andou bem o Magistrado ao decretar a prisão preventiva do paciente, calcando a sua decisão nos pressupostos referidos no artigo 312 do Estatuto de Rito, não só porque a Lei de Tóxicos veda a concessão da liberdade provisória àqueles que são acusados da prática de tráfico de drogas, mas porque, se a Constituição proíbe a concessão de liberdade com fiança para certos crimes - dentre eles o tráfico de drogas -, constitui verdadeiro absurdo a concessão de liberdade provisória sem fiança para esses mesmos delitos.

Ao que consta, em cumprimento ao mandado de busca e apreensão, investigadores ingressaram na casa de Érica, onde surpreenderam, também, Diego e Andréia, sendo certo que, **sobre a mesa da cozinha, havia um prato com cocaína, bem assim 182 cápsulas eppendorf já preenchidas com a droga e outras tantas vazias, além de um bocado de maconha e petrechos comumente utilizados por traficantes de narcóticos para preparar entorpecentes.** No momento do cumprimento do mandado, os investigadores viram um indivíduo pulando o muro e fugindo, o qual aquilatarem ser ARAÚJO, irmão de Érika. É certo, também, que as mensagens trocadas entre ARAÚJO e os demais traficantes revelam que todos eles integravam a *societas sceleris*, posto que os diálogos trocados por aplicativo de mensagens deixavam claro estarem os interlocutores falando sobre o comércio de drogas e acerca do lucro auferido com a venda de entorpecentes.

Assim, perdem relevo as proclamadas - mas não demonstradas - condições pessoais favoráveis a ARAÚJO, que, no entender do impetrante, justificariam ser ele agraciado com a liberdade provisória.

No mais, a medida excepcional se justifica, não só para a garantia da ordem pública, em face da natureza e da gravidade dos crimes atribuídos ao paciente, mas para assegurar a aplicação da Lei penal. O conceito de ordem pública abrange, aliás, a própria credibilidade da Justiça Criminal, e a estabilidade do Estado de Direito e da Democracia. Portanto, é dever do Judiciário garantir a ordem pública, vale dizer, a segurança social, embora isto, às vezes, possa implicar até mesmo na tomada de medidas extremas, como a restrição da liberdade de alguém, desde que essa pessoa não se mostre em condições de participar da vida em sociedade, como é o caso de ARAÚJO, em relação a quem seriam insuficientes

# Superior Tribunal de Justiça

quaisquer das outras medidas cautelares, que não a prisão, agora previstas pelo Estatuto de Rito.

Além disto, ao revés do que sustenta o postulante, a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente encontra-se convenientemente fundamentada, como se infere da sua simples leitura (fls. 73/74).

Por fim, quanto ao princípio da presunção de não culpabilidade, é bom lembrar que nada, em Direito, é absoluto, nenhuma norma, nenhum princípio, nenhuma regra. Além disto, é preciso considerar que “ser inocente” é coisa diferente de “não ser considerado culpado”. Portanto, é perfeitamente possível a decretação da prisão provisória dos indivíduos aos quais se atribui a prática de infração à Lei Penal, uma vez que o interesse coletivo (necessidade de segregação das pessoas cuja conduta atenta contra o equilíbrio social) deve sempre prevalecer sobre o interesse particular (permanecer em liberdade). (Grifei)

Na presente impetração, a defesa sustenta que a decisão judicial que decretou a prisão preventiva do paciente não foi adequadamente fundamentada pelo Juízo de piso, não estando presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz, ainda, que *"a suposta gravidade do crime, desacompanhada de qualquer outra justificativa baseada em dados concretos, torna insuficiente a fundamentação para a manutenção da prisão cautelar"* (e-STJ fl. 13).

Afirma que *"o indiciado comprova documentalmente possuir residência fixa e, ainda, ocupação lícita"* (e-STJ fl. 14).

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente. Eventualmente, pleiteia a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se

# *Superior Tribunal de Justiça*

imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator